

**No. 36767**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Protocol between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Argentina on the evaluation of conformity (with annex). Buenos Aires, 29 October 1999**

**Entry into force: 29 October 1999 by signature, in accordance with article IX**

**Authentic texts: Portuguese and Spanish**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 21 July 2000**

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Protocole sur l'évaluation de la conformité entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine (avec annexe). Buenos Aires, 29 octobre 1999**

**Entrée en vigueur : 29 octobre 1999 par signature, conformément à l'article IX**

**Textes authentiques : portugais et espagnol**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 21 juillet 2000**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

PROTOCOLO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA  
ARGENTINA SOBRE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina  
(doravante denominados “Partes”),

Em virtude dos princípios e dos objetivos previstos no Tratado de Assunção, subscrito em 26 de março de 1991, e com base na Resolução nº77/98 do Grupo Mercado Comum, e

**CONSIDERANDO:**

Os compromissos assumidos pelas Partes no MERCOSUL, assim como no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio;

O interesse das Partes em agilizar o comércio bilateral, com vistas a garantir a livre circulação dos produtos;

Os benefícios da eliminação da duplicação nas atividades de avaliação da conformidade de produtos;

A importância dos princípios de transparência, integridade e imparcialidade na implementação dos procedimentos de avaliação de conformidade, com o objetivo de fortalecer a confiança mútua nos sistemas desenvolvidos em cada país, a fim de viabilizar o reconhecimento mútuo dos sistemas;

A necessidade de garantir a segurança do cidadão, a proteção ao meio ambiente, a vida e a saúde humana, animal e vegetal e a defesa do consumidor, contra a fraude e as práticas desleais de comércio;

Acordam o seguinte:

### ARTIGO I

As Partes promoverão a celebração de memorandos de entendimento entre os organismos de certificação sediados em seus respectivos territórios, credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e pelo Organismo Argentino de Credenciamento (OAA), para a aceitação das atividades desenvolvidas para a certificação de produtos. Os memorandos de entendimento assinados entre os organismos de certificação e reconhecidos pelos organismos responsáveis pela administração do presente Protocolo respaldarão a emissão de certificados pelos respectivos signatários.

### ARTIGO II

As Partes promoverão, quando necessário, a celebração de memorandos de entendimento transitórios entre organismos de certificação sediados em seus respectivos territórios, credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou pelo Organismo Argentino de Credenciamento (OAA), e organismos sediados no território de uma das Partes, reconhecidos pelo Órgão Regulador, que serão válidos até que os organismos reconhecidos obtenham credenciamento em seu país de origem. O prazo máximo para a obtenção do referido credenciamento será de um ano contado a partir da celebração do memorando. Os memorandos de entendimento assinados entre os organismos de certificação e reconhecidos pelos organismos responsáveis pela administração do presente Protocolo respaldarão a emissão de certificados pelos respectivos signatários.

### ARTIGO III

Quando na República Argentina ou na República Federativa do Brasil não existir organismo de certificação credenciado ou reconhecido para um

determinado produto de certificação obrigatória, os organismos credenciados ou reconhecidos do outro país para o referido produto poderão:

- subcontratar laboratórios credenciados no território da outra Parte, podendo avaliá-los; ou
  
- subcontratar laboratórios não credenciados, obrigatoriamente avaliados pelos referidos organismos de certificação conforme os requisitos técnicos do ISO GUIDE 25. Os laboratórios subcontratados nessas condições terão prazo de um ano, a contar da data de subcontratação, para efetivar seu credenciamento.

#### ARTIGO IV

O objeto do presente Protocolo é o de promover o reconhecimento das atividades de certificação obrigatória de produtos de origem argentina e brasileira, cuja regulamentação seja de competência do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Ministério de Economia e Obras e Serviços Públicos da República Argentina.

Anexa-se a lista de produtos prioritários para a promoção do reconhecimento das atividades de certificação obrigatória. A referida lista é passível de revisão periódica pelos organismos responsáveis pela administração do presente Protocolo.

#### ARTIGO V

As Partes designam o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) da República Federativa do Brasil e a Direção Nacional de Comércio Interior da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Ministério de Economia, Obras e Serviços Públicos da República Argentina como organismos responsáveis pela administração do presente Protocolo.

Corresponderá aos organismos responsáveis pela administração deste Protocolo:

- a) definir de comum acordo o mecanismo de acompanhamento da negociação e execução dos memorandos de entendimento firmados a partir da celebração do presente Protocolo;
- b) reconhecer os memorandos de entendimento e as subcontratações firmados nos termos dos artigos primeiro a terceiro precedentes. Em caso de recusa por um dos organismos responsáveis, a mesma deverá ser fundamentada e notificada ao outro organismo responsável e aos organismos de certificação envolvidos.

#### ARTIGO VI

As Partes tomarão as medidas que forem necessárias em cada caso, de acordo com a legislação vigente em cada país e com os acordos alcançados entre as Partes, para que a celebração e execução dos memorandos de entendimento e das subcontratações, firmados de acordo com os artigos primeiro a terceiro, atendam aos interesses das Partes de maneira equilibrada.

#### ARTIGO VII

Todas as iniciativas tomadas no âmbito deste Protocolo deverão ser compatíveis com a normativa aprovada e os compromissos assumidos no MERCOSUL e com a legislação vigente em cada país.

#### ARTIGO VIII

Para os efeitos deste Protocolo, adotam-se os conceitos previstos no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio.

#### ARTIGO IX

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração indeterminada. As Partes poderão alterá-lo de comum acordo. As Partes poderão denunciá-lo, mediante notificação formal, por escrito.

Feito em Buenos Aires, em 29 de outubro de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Alcides Tapias



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA

Alieto Guadagni

**Anexo ao Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Avaliação da Conformidade**

**Lista de Produtos Prioritários para a Promoção do Reconhecimento das Atividades de Certificação Obrigatória, em consonância com o Artigo Quatro do Protocolo**

- 1) Da República Federativa do Brasil
  - Calçados
  - Equipamentos Elétricos de Baixa Tensão
  - Brinquedos
  - Produtos Siderúrgicos para a Construção Civil
  - Papel para Imprimir e Escrever, e para Outros Fins Gráficos
  
- 2) Da República Argentina
  - Botijões de Gás
  - Reguladores de Pressão
  - Fusíveis
  - Extintores de Incêndio
  - Mangueiras de PVC
  - Fios e Cabos Isolados
  - Brinquedos
  - Pneumáticos

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**PROTOCOLO ENTRE**

**LA REPUBLICA ARGENTINA**

**Y LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL**

**SOBRE EVALUACION DE LA CONFORMIDAD**

El Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, en adelante denominados "Partes",

En virtud de los principios y objetivos previstos en el Tratado de Asunción, suscripto el 26 de marzo de 1991, y con base en la Resolución Nº 77/98 del Grupo del Mercado Común, y

**CONSIDERANDO:**

Los compromisos asumidos por las Partes en el MERCOSUR, así como en el Acuerdo sobre Obstáculos Técnicos al Comercio de la Organización Mundial del Comercio;

El interés de las Partes en agilizar el comercio bilateral, con vistas a garantizar la libre circulación de los productos;

Los beneficios de la eliminación de la duplicación en las actividades de Evaluación de la Conformidad de productos;



La importancia de los principios de transparencia, integridad e imparcialidad en la implementación de los procedimientos de Evaluación de la Conformidad, con el objetivo de fortalecer la confianza mutua en los sistemas desarrollados en cada país a fin de hacer viable el reconocimiento mutuo de los sistemas;

La necesidad de garantizar la seguridad del ciudadano, la protección del medio ambiente, de la vida y de la salud humana, animal y vegetal, y la defensa del consumidor, contra el fraude y las prácticas desleales de comercio.

**ACUERDAN:**

**ARTICULO I**

Las Partes promoverán la celebración de memoranda de entendimiento entre los organismos de certificación, con sede en sus respectivos territorios, acreditados por el Organismo Argentino de Acreditación (OAA) y por el Instituto Nacional de Metrología, Normalización y Calidad Industrial (INMETRO), para la aceptación de las actividades desarrolladas para la certificación de productos. Los memoranda de entendimiento firmados entre los organismos de certificación y reconocidos por los organismos responsables de la administración del presente Protocolo respaldarán la emisión de certificados por los respectivos signatarios.

**ARTICULO II**

Las Partes promoverán, cuando sea necesario, la celebración de memoranda de entendimiento transitorios entre organismos de certificación con sede en sus respectivos territorios, acreditados por el Organismo Argentino de Acreditación (OAA) o por el Instituto Nacional de Metrología, Normalización y Calidad Industrial (INMETRO), y organismos con sede en el territorio de una de las Partes, reconocidos por la Autoridad de Aplicación que serán válidos hasta que los organismos reconocidos obtengan la

acreditación en su país de origen. El plazo máximo para la obtención de la referida acreditación será de un año a partir de la celebración del memorandum. Los memoranda de entendimiento firmados entre los organismos de certificación y reconocidos por los organismos responsables de la administración del presente Protocolo respaldarán la emisión de certificados por los respectivos signatarios.

### ARTICULO III

Cuando en la República Argentina o en la República Federativa del Brasil no existiera organismo de certificación acreditado o reconocido para un determinado producto de certificación obligatoria, los organismos acreditados o reconocidos del otro país para dicho producto podrán:

- subcontratar laboratorios acreditados en el territorio de la otra Parte, pudiendo evaluarlos; o
- subcontratar laboratorios no acreditados, obligatoriamente evaluados por los referidos organismos de certificación conforme los requisitos técnicos de la Guía ISO 25. Los laboratorios subcontratados en estas condiciones tendrán el plazo de un año, a contar de la fecha de subcontratación, para efectivizar su acreditación.

### ARTICULO IV

El objeto del presente Protocolo es promover el reconocimiento de las actividades de certificación obligatoria de productos de origen argentino y brasileño cuya reglamentación sea competencia de la Secretaría de Industria, Comercio y Minería del Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos de la República Argentina y del Ministerio de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior de la República Federativa del Brasil.

Se anexa la lista de productos prioritarios para la promoción del reconocimiento de las actividades de certificación obligatoria. La referida lista es pasible de revisión periódica por los organismos responsables de la administración del presente Protocolo.

#### ARTICULO V

Las Partes designan a la Dirección Nacional de Comercio Interior de la Secretaría de Industria, Comercio y Minería del Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos de la República Argentina y al Instituto Nacional de Metrología, Normalización y Calidad Industrial (INMETRO) de la República Federativa del Brasil como organismos responsables de la administración del presente Protocolo.

Les corresponderá a los organismos responsables de la administración de este Protocolo:

- a) definir de común acuerdo el mecanismo de seguimiento en la negociación y ejecución de los memoranda de entendimiento firmados a partir de la celebración del presente Protocolo;
- b) reconocer los memoranda de entendimiento y las subcontrataciones firmados en los términos de los artículos primero a tercero precedentes. En caso de rechazo por uno de los organismos responsables, el mismo deberá ser fundado y notificado al otro organismo responsable y a los organismos de certificación involucrados.

#### ARTICULO VI

Las Partes tomarán las medidas que fueran necesarias en cada caso, de acuerdo con la legislación vigente en cada país y los acuerdos alcanzados entre las Partes, para que la celebración y la ejecución de los memoranda de entendimiento y subcontrataciones, firmados de acuerdo a los artículos primero a tercero, atiendan a los intereses de las Partes de manera equilibrada.

## ARTICULO VII

Todas las iniciativas tomadas en el ámbito de este Protocolo deberán ser compatibles con la normativa aprobada y los compromisos asumidos en el MERCOSUR y con la legislación vigente en cada país.

## ARTICULO VIII

A los efectos de este Protocolo se adoptan los conceptos previstos en el Acuerdo sobre Obstáculos Técnicos al Comercio de la Organización Mundial del Comercio.

## ARTICULO IX

El presente Protocolo entrará en vigencia en la fecha de su firma y tendrá validez por tiempo indeterminado. Las Partes podrán modificarlo de común acuerdo. Las Partes podrán denunciarlo mediante notificación formal por escrito

Hecho en la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, el 29 de octubre de 1999, en dos versiones originales, en idiomas español y portugués, siendo los textos igualmente auténticos.



Por el Gobierno de la  
República Argentina  
Alieto Guadagni



Por el Gobierno de la  
República Federativa del Brasil  
Alcides Lopes Tapias

**Anexo al Protocolo entre la República Argentina y la  
República Federativa del Brasil sobre Evaluación de la Conformidad**

Lista de Productos prioritarios para la promoción del reconocimiento de las actividades de certificación obligatoria, en correspondencia con el Artículo IV del Protocolo sobre Evaluación de la Conformidad:

**1) De la República Argentina**

- **Garrafas de Gas**
- **Reguladores de Presión**
- **Fusibles**
- **Extintores de Incendio**
- **Mangueras de PVC**
- **Alambre y Cable Aislado**
- **Juguetes**
- **Neumáticos**

**2) De la República Federativa del Brasil**

- **Calzado**
- **Equipamientos Eléctricos de Baja Tensión**
- **Juguetes**
- **Productos Siderúrgicos para la Construcción Civil**
- **Papel para imprimir y escribir, y para Otros Fines Gráficos.**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROTOCOL BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND  
THE ARGENTINE REPUBLIC ON EVALUATION OF CONFORMITY

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic,

Hereafter referred to as the "Parties",

In accordance with the principles and objectives set out in the Asunción Treaty, signed on 26 March 1991, and pursuant to resolution 77/98 of the Common Market Group, and

Considering:

The commitments undertaken by the Parties within MERCOSUR and under the World Trade Organization Agreement on Technical Barriers to Trade;

The interest of the Parties in facilitating bilateral trade with a view to guaranteeing the free circulation of products;

The benefits of the elimination of duplication in product conformity assessment activities;

The importance of the principles of transparency, integrity and impartiality in the implementation of conformity assessment procedures with a view to strengthening mutual trust in the systems developed in each country so as to render the mutual recognition of systems viable;

The need to guarantee the security of citizens, the protection of the environment, life and human, animal and plant health and the protection of consumers against fraud and unfair trade practices;

Have agreed as follows:

*Article I*

The Parties shall promote the conclusion of memorandums of understanding between the certification bodies headquartered in their respective territories and accredited by the National Institute of Metrology, Standardization, and Industrial Quality (INMETRO) and the Argentine Accreditation Organization (OAA) for the acceptance of product certification activities. The memorandums of understanding signed between the certification bodies and recognized by the bodies responsible for the administration of the present Protocol shall constitute the basis for the issuance of certificates by the respective signatories.

*Article II*

The Parties shall promote the conclusion, whenever necessary, of temporary memorandums of understanding between the certification bodies headquartered in their respective territories, accredited by the National Institute of Metrology, Standardization and Industrial Quality (INMETRO) or by the Argentine Accreditation Organization (OAA),

and bodies headquartered in the territory of one of the Parties and recognized by the Implementing Authority, which shall remain valid until such recognized bodies obtain accreditation in their own country. The maximum time limit for obtaining such accreditation shall be one year from the conclusion of the memorandum. Memorandums of understanding signed between the certification bodies and recognized by the bodies responsible for the administration of the present Protocol shall constitute the basis for the issuance of certificates by the respective signatories.

*Article III*

If in the Argentine Republic or the Federative Republic of Brazil no accredited or recognized certification body exists for a specific product requiring certification, the organs of the other country accredited or recognized in respect of that product may:

- Subcontract accredited laboratories in the territory of the other Party, having the right to evaluate them; or
- Subcontract unaccredited laboratories, which must necessarily be evaluated by the said certification bodies in accordance with the technical requirements of ISO Guide 25. Laboratories subcontracted under such conditions shall have a period of one year from the date of subcontracting within which to confirm their accreditation.

*Article IV*

The purpose of the present Protocol is to promote recognition of compulsory certification activities for products of Argentine and Brazilian origin, the regulation of which falls within the competence of the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade of the Federative Republic of Brazil and the Secretariat of Industry, Commerce and Mining of the Ministry of Economy and Public Works and Services of the Argentine Republic.

Annexed hereto is a list of priority products for the promotion of recognition of compulsory certification activities. The list is subject to periodic revision by the bodies responsible for the administration of this Protocol.

*Article V*

The Parties designate the National Institute of Metrology, Standardization, and Industrial Quality (INMETRO) of the Federative Republic of Brazil and the National Directorate of Domestic Trade of the Secretariat of Industry, Commerce and Mining of the Ministry of Economy and Public Works and Services of the Argentine Republic as bodies responsible for the administration of the present Protocol.

It shall be the task of the bodies responsible for the administration of this Protocol:

- (a) To define by agreement the mechanism of follow-up of the negotiation and execution of memorandums of understanding signed as from the conclusion of the present Protocol;
- (b) To recognize memorandums of understanding and subcontracts signed in accordance with articles 1 to 3 above. In the event of rejection by either of the responsible bod-

ies, the reasons must be stated and notice of the rejection must be given to the other responsible body and the certification bodies involved.

*Article VI*

The Parties shall take such measures as are necessary in each case, in accordance with the legislation in force in each country and the agreements reached between the Parties, to ensure that the conclusion and performance of memorandums of understanding and sub-contracts signed in accordance with articles 1 to 3 above meet the interests of the Parties in a balanced manner.

*Article VII*

All initiatives taken within the framework of this Protocol must be compatible with the regulations approved and the undertakings assumed in MERCOSUR and with the legislation in force in each country.

*Article VIII*

The concepts defined in the Agreement on Technical Barriers to Trade of the World Trade Organization are adopted for the purposes of the present Protocol.

*Article IX*

The present Protocol shall enter into force on the date of its signature and shall remain valid for an indefinite period. The Parties may amend it by agreement and may denounce it by formal notification in writing.

Done at Buenos Aires on 29 October 1999 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ALCIDES TAPIAS

For the Government of the Argentine Republic:

ALIETO GUADAGNI



**ANNEX TO THE PROTOCOL BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF  
BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC ON EVALUATION OF CONFORMITY**

*List of priority products for the promotion of recognition of compulsory certification  
activities in accordance with article IV of the Protocol*

**(1) Federative Republic of Brazil**

- Footwear
- Low-voltage electrical equipment
- Toys
- Iron and steel products for civil construction
- Printing and writing paper and paper for other graphic purposes

**(2) Argentine Republic**

- Gas cylinders
- Pressure regulators
- Fuses
- Fire extinguishers
- PVC hoses
- Insulated wires and cables
- Toys
- Tyres

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROTOCOLE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA  
RÉPUBLIQUE ARGENTINE, RELATIF À L'ÉVALUATION DE LA CON-  
FORMITÉ

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine (ci-après dénommés « les Parties »),

En vertu des principes et objectifs prévus par le Traité d'Asunción, signé le 26 mars 1991, et se fondant sur la résolution n° 77/98 du Groupe du marché commun, et

CONSIDÉRANT

Les engagements souscrits par les Parties au sein du Marché commun du Sud, ainsi que dans l'Accord sur les obstacles techniques au commerce de l'Organisation mondiale du commerce;

L'intérêt des Parties à faciliter le commerce bilatéral en vue de garantir la libre circulation des marchandises;

Les avantages que procure la suppression des redondances dans les activités d'évaluation de la conformité des produits;

L'importance des principes de transparence, d'intégrité et d'impartialité dans la mise en œuvre des procédures d'évaluation de la conformité, dans le dessein de renforcer la confiance mutuelle dans les systèmes élaborés dans chaque pays, afin de rendre viable la reconnaissance mutuelle des systèmes;

La nécessité de garantir la sûreté de l'individu, la protection de l'environnement, de la vie et de la santé de la personne humaine, des animaux et des végétaux, et la défense du consommateur contre la fraude et les pratiques commerciales déloyales;

Convient comme suit :

*Article premier*

Les Parties favorisent la conclusion de mémorandums d'accord entre les organismes de certification ayant leur siège sur leur territoire respectif et accrédités par l'Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou par l'Organismo Argentino de Acreditación (OAA) en vue de l'acceptation des activités menées pour la certification de produits. Les mémorandums d'accords conclus entre les organismes de certification et reconnus par les organismes chargés de l'administration du présent Protocole appuieront l'émission de certificats par les signataires respectifs.

*Article II*

Les Parties favorisent en tant que de besoin la conclusion de mémorandums d'accords provisoires entre les organismes ayant leur siège sur leur territoire respectif et accrédités par l'Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou par l'Organismo Argentino de Acreditación (OAA) et les organismes ayant leur siège

dans le territoire de l'une des Parties et reconnus par l'Organe régulateur, qui seront en vigueur jusqu'à ce que les organismes reconnus obtiennent l'accréditation dans leur pays d'origine. Le délai maximal pour l'obtention de ladite accréditation est d'un an à compter de la conclusion du mémorandum. Les mémorandums d'accord conclus entre les organismes de certification et reconnus par les organismes chargés de l'administration du présent Protocole favorisent l'émission de certificats par les signataires respectifs.

### *Article III*

S'il n'existe, soit en République argentine soit en République fédérative du Brésil, aucun organisme de certification accrédité ou reconnu pour un produit donné dont la certification est obligatoire, les organismes de l'autre pays qui sont accrédités ou reconnus pour ce produit peuvent :

sous-traiter la certification à des laboratoires accrédités dans le territoire de l'autre pays, qui sont en mesure de les évaluer; ou

sous-traiter la certification à des laboratoires non accrédités, obligatoirement évalués par lesdits organismes de certification en conformité avec les prescriptions techniques du guide ISO 25. Les laboratoires auxquels la certification est sous-traitée dans de telles conditions disposent d'un délai d'un an à compter de la date du contrat de sous-traitance pour obtenir leur accréditation.

### *Article IV*

Le présent Protocole a pour objet de promouvoir la reconnaissance des activités de certification obligatoire des produits d'origine argentine et d'origine brésilienne dont la réglementation ressortit au Ministère de développement, de l'industrie et du commerce extérieur de la République fédérative du Brésil et au Secrétariat à l'industrie, au commerce et aux mines du Ministère de l'économie et des travaux et services publics de la République argentine.

La liste des produits prioritaires pour la promotion de la reconnaissance des certification obligatoire est reproduite en annexe. Ladite liste peut être révisée périodiquement par les organismes chargés de l'administration du présent Protocole.

### *Article V*

Les Parties désignent l'Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) de la République fédérative du Brésil et la Direction nationale du commerce intérieur du Secrétariat à l'industrie, au commerce et aux mines du Ministère de l'économie et des travaux et services publics de la République argentine comme organes chargés de l'administration du présent Protocole.

Il incombe aux organismes chargés de l'administration du présent Protocole de :

a) Définir d'un commun accord le mécanisme d'accompagnement de la négociation et de l'exécution des mémorandums d'accord signés à partir de la conclusion du présent Protocole;

b) Reconnaître les mémorandums d'accord et les contrats de sous-traitance signés aux termes de l'article premier et des articles II et III ci-dessus. Si l'organisme responsable refuse la reconnaissance, sa décision motivée doit être notifiée à l'autre organisme responsable et aux organismes de certification concernés.

*Article VI*

Les Parties prendront dans chaque cas les mesures nécessaires, conformément à la législation en vigueur dans chaque pays et aux accords conclu entre les Parties, afin que la conclusion et l'exécution des mémorandums d'accord et des contrats de sous-traitance signés aux termes de l'article premier et des articles II et III répondent de façon équilibrée aux intérêts des Parties.

*Article VII*

Toutes les initiatives prises dans le cadre du présent Protocole doivent être compatibles avec les principes approuvés et les engagements souscrits dans le Marché commun du Sud et avec la législation en vigueur dans chaque pays.

*Article VIII*

Les concepts prévus dans l'Accord sur les obstacles techniques au commerce de l'Organisation mondiale du commerce sont adoptés aux fins du présent Protocole.

*Article IX*

Le présent Protocole entre en vigueur à la date de sa signature pour une durée indéterminée. Les Parties peuvent le modifier d'un commun accord. Les Parties peuvent le dénoncer au moyen d'une notification écrite formelle.

Fait à Buenos Aires le 29 octobre 1999, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

ALCIDES TAPIAS

Pour le Gouvernement de la République argentine :

ALIETO GUADAGNI

ANNEXE AU PROTOCOLE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL  
ET LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, RELATIF À L'ÉVALUATION DE LA CON-  
FORMITÉ

*Liste des produits prioritaires pour la promotion des activités de certification obligatoire,  
visés à l'article IV du Protocole*

1) Produits de la République fédérative du Brésil :

Articles chaussants;

Matériel électrique basse tension;

Jouets;

Acier de construction.

Papier pour l'imprimerie, l'écriture et autres applications graphiques

2) Produits de la République argentine :

Bouteilles de gaz;

Détendeurs;

Fusibles;

Extincteurs d'incendie;

Tuyauteries en polychlorure de vinyle;

Fils et câbles isolés;

Jouets;

Pneumatiques.

